



BS2 SEGUROS S. A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022,
Relatório da Administração e Relatório dos
Auditores Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, colocamos à disposição de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes da BS2 Seguros S.A. (antiga Previmax), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A BS2 Seguros é uma Seguradora autorizada a operar nos ramos de danos e pessoas.

Desempenho Operacional: A Seguradora iniciou efetivamente a comercialização de Seguros em agosto de 2022 e no exercício do ano de 2022, emitiu R\$4.817 mil em prêmios, e apresentou ativos totais de R\$62.137 mil.

Perspectivas: A estratégia de negócios da BS2 Seguros está baseada na oferta de soluções de seguros desenvolvidas em função de um processo continuado de identificação de necessidades dos canais. Os nichos em que a seguradora atua são identificados com base em conceitos de segmentação e diferenciação. A plataforma de operações da BS2 Seguros é dinâmica e flexível, visa atender às diversas demandas dos segmentos definidos como alvo de atuação, seguindo políticas e procedimentos consistentes de avaliação, aceitação e precificação de riscos, e de gerenciamento de riscos e de sinistros, condições essenciais para atuar com sucesso em um mercado competitivo como o de seguros no Brasil.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos colaboradores, parceiros, consultores e às autoridades de controle, pelas orientações e atenção prestadas à BS2 Seguros S.A.

Belo Horizonte / MG, 27 de fevereiro de 2023.

A Diretoria



PAR-23/012

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da
BS2 SEGUROS S.A.
Belo Horizonte - MG

1. Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BS2 SEGUROS S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BS2 SEGUROS S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o Relatório do Auditor

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Continua...

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório da Administração e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar no presente caso.

4. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com incumbência de supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

5. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião;

Continua...

- b. A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras:
- (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Sociedade e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável;
 - (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade;
 - (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e
 - (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- c. Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria;
- d. A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo;
- e. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- f. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

Continua...

- g. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- h. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e
- i. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2023.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRCMG-757 | CVM-2.208

Nilton José Ribeiro
Contador CRCMG – 43.491

BS2 SEGUROS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Exercício findo em	
		31.12.22	31.12.21
CIRCULANTE		61.112	21.811
DISPONÍVEL	5	593	14
Caixa e bancos		593	14
APLICAÇÕES	6	56.848	21.318
Aplicações		56.848	21.318
CRÉDITO DAS OPERAÇÕES DE SEGURO	7	832	-
Prêmios a receber		832	-
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		903	479
Créditos tributários e previdenciários	8.1	845	467
Outros créditos	8.2	58	12
DESPESAS ANTECIPADAS	9	28	-
Despesas operacionais		28	-
CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	10	1.837	-
Custo de aquisição		1.837	-
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS	11	71	-
Pessoas		71	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.025	228
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		170	228
INVESTIMENTOS	12	170	228
Participações societárias		170	228
INTANGÍVEL	13	855	-
Intangível		900	-
(-) Amortização		(45)	-
TOTAL DO ATIVO		62.137	22.039

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

BS2 SEGUROS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

	Nota	Exercício findo em	
	Explicativa	31.12.22	31.12.21
PASSIVO			
CIRCULANTE		6.973	14
CONTAS A PAGAR		479	14
Obrigações a pagar	14.1	277	1
Impostos e encargos sociais a recolher	14.2	77	3
Encargos trabalhistas	14.3	47	-
Impostos e contribuições	14.4	77	10
DÉBITO OPERAÇÕES DE SEGURO	15	750	-
Corretores de seguros		668	-
Operações com resseguradoras		82	-
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	16	456	-
Prêmios e emolumentos recebidos		456	-
PROVISÕES TÉCNICAS	17	3.939	-
Provisões técnicas		3.939	-
OUTROS DÉBITOS	18	1.350	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	55.165	22.025
Capital Social		48.000	15.000
Reserva Legal e Estatutária		7.165	7.025
TOTAL DO PASSIVO		62.137	22.039

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de Reais, exceto o lucro (prejuízo) líquido por ação)

	Nota Explicativa	Exercício findo em	
		31.12.22	31.12.21
Prêmios emitidos	20.a	4.817	-
(+/-) Variação das provisões técnicas de prêmios	20.b	(3.564)	-
(=) Prêmios ganhos		1.253	-
(-) Sinistros ocorridos	20.c	(406)	-
(-) Custo de aquisição	20.d	(450)	-
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	20.e	(11)	3
(-) Resultado com Resseguro	20.f	(11)	-
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	20.g	(4.792)	(150)
(-) Pessoal Próprio		(2.408)	-
(-) Serviços de Terceiros		(1.422)	(114)
(-) Localização e Funcionamento		(520)	(6)
(-) Publicidade e Propaganda		(95)	-
(-) Publicações		(16)	(30)
(-) Despesas com Donativos e Contribuições		(9)	-
(-) Despesas Administrativas diversas		(322)	-
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	20.h	(463)	(203)
(+) RESULTADO FINANCEIRO	20.i	5.248	(811)
(+) Receitas Financeiras		5.373	961
(-) Despesas Financeiras		(125)	(1.772)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		367	(1.161)
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		367	(1.161)
(-) Imposto de Renda	20.j	(60)	292
(-) Contribuição Social	20.j	(42)	175
(-) Participações sobre o lucro	20.k	-	-
(=) LUCRO LÍQUIDO / PREJUÍZO		266	(694)
(/) Quantidade de Ações		32.515.848	13.120.700
(=) Lucro (prejuízo) líquido por ação – R\$		0,01	(0,05)

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRAGENTE
(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
Resultado Líquido do Exercício	266	(694)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	-	-
Total Resultado Abrangente do Exercício	<u>266</u>	<u>(694)</u>

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.000	-	8.060	-	23.060
Distribuição de Dividendos	-	-	(341)	-	(341)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(694)	(694)
Proposta para absorção de prejuízo:					
Reserva Estatutária	-	-	(694)	694	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.000	-	7.025	-	22.025
Aumento de Capital aprovado em 16.12.22	33.000	-	-	-	33.000
Lucro do exercício	-	-	-	266	266
Proposta para destinação do resultado:					
Dividendos Propostos	-	-	-	(126)	(126)
Reserva Estatutária	-	-	140	(140)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	48.000	-	7.165	-	55.165

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de Reais)

MÉTODO INDIRETO	Exercício findo em	
	31.12.22	31.12.21
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício	266	(694)
AJUSTES PARA:		
Depreciações e amortizações	45	-
Ativos financeiros	(35.530)	1.596
Créditos das operações de seguros e resseguros	(832)	44
Ativos de resseguro	(71)	-
Créditos fiscais e previdenciários	(424)	(454)
Despesas antecipadas	(28)	-
Custo de aquisição diferidos	(1.837)	-
Outros ativos	58	3
Contas a pagar	464	(2)
Débitos de operações com seguros e resseguros	750	-
Depósitos de terceiros	456	-
Provisões técnicas - seguros e resseguros	3.939	-
Outros Passivos	1.350	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(31.394)	350
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição ativo permanente	(900)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	(900)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	33.000	-
Outros (Dividendos Propostos)	(127)	(342)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	32.873	(342)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	579	9
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14	6
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	593	14

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A BS2 Seguros S.A, anteriormente denominada Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com Sede e Foro em Belo Horizonte – MG, originalmente autorizada a operar com seguros de pessoas e com Planos de Previdência Complementar Aberta, em todo o território nacional. A Entidade foi constituída por AGC de 08.09.2004 e autorizada a operar através da Portaria da Superintendência de Seguros Privados (Susep) nº 2.064, de 13 de dezembro de 2004, Processo n.º 15414.003365/2004-33.

Em 20 de junho de 2005, a Entidade obteve aprovação da Susep para operar com o Plano de Previdência Complementar Aberta, na modalidade Plano Individual de Pecúlio por Morte, conforme Processo n.º 15414.001885/2005-92, iniciando as vendas em agosto de 2005. Desde setembro de 2015, a Previmax não possui mais riscos desta natureza, tendo em vista que os contratos deste plano se encontram todos cancelados.

Em janeiro de 2006, passou a operar com o Convênio de Operação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, para as categorias 1, 2, 9 e 10 e categorias 3 e 4, conforme Processo Susep n.º 15414.004917/2005-10. Com a edição da Resolução CNSP n.º 332/2015, foi unificada a operação do Seguro DPVAT, tendo o Consórcio que opera nas categorias 1, 2, 9 e 10 absorvido o Consórcio das categorias 3 e 4, sendo tais atos ratificados pelas seguradoras consorciadas. O consórcio DPVAT era então administrado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., designada para praticar todos os atos necessários à execução das operações do Seguro DPVAT, em estrita observância as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

A Entidade, em setembro de 2020, formalizou junto à Seguradora Líder Administradora de Seguros DPVAT o interesse de desligamento do Consórcio de Operação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, a partir de 1º de janeiro de 2021.

A BS2 Seguros S.A. retomou a comercialização de seguros a partir do dia 1º de junho de 2022, após alteração de seu controle societário e ramos de atuação, homologada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), através da Portaria Susep Nº 8.075, de 16/12/2022.

2. Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base nas normas contábeis, em registros permanentes, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, sob os Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, regulamentadas por circulares da Susep e apresentadas com observância ao Plano de Contas das Sociedades Seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Complementar, instituído pela Circular Susep n.º 648/2021 e posteriores alterações, sendo cumpridos, quando aplicável, os critérios estabelecidos pelos pronunciamentos editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC/Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Não foi apresentada a Demonstração de Resultado Abrangente por não existir resultados abrangentes no período.

A Diretoria autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras do exercício em 27 de fevereiro de 2023.

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular Susep nº 648/2021; os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Susep”.

2.2. Base para mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado, assim como instrumentos e passivos financeiros.

2.3. Continuidade:

Os objetivos da Seguradora ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Seguradora para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Seguradora pode rever a política de pagamento de dividendos. A Seguradora deve atender às exigências de capital mínimo estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os esforços da Seguradora devem sempre estar atentos a tais exigências. O capital da Seguradora está ajustado para permitir limite de retenção em adequação com o plano de negócios.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras são mensuradas usando a moeda principal do ambiente econômico, no qual a Seguradora atua. A moeda funcional é o Real, que é utilizada nas Demonstrações Financeiras, arredondado em milhares, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia não possui ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data de fechamento do balanço.

2.5. Segregação entre circulante e não circulante

A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

2.6. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora:

As seguintes novas normas foram emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamento Contábil) mas não estão em vigor para o exercício de 2022, para as empresas seguradoras pois não foram aprovadas pela Susep.

- **IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"**: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. Todavia, a administração ainda não avaliou os impactos, uma vez que o órgão regulador (Susep) não aprovou esse pronunciamento.
- **IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"**: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Todavia, a administração ainda não avaliou os impactos, uma vez que o órgão regulador (Susep) não aprovou esse pronunciamento.

- **IFRS 17 - "Contratos de Seguros": O IFRS 17 – "Contratos de Seguros"**: foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º janeiro de 2023, porém a Susep ainda não aprovou este pronunciamento. A Seguradora está avaliando os impactos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Seguradora.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes incluem numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias a contar da data de aquisição, de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado.

3.2. Ativos financeiros:

Um ativo financeiro é classificado no montante do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado;
- Mantidos até o vencimento;
- Disponíveis para venda; e
- Empréstimos e recebíveis.

3.3. Passivos financeiros

Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.

3.4. Contas a pagar:

As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação.

3.5. Benefícios a empregados:

De acordo com CPC 33 a Seguradora possui programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários e outros benefícios de curto prazo.

3.6. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. Em 31/12/2022 a Seguradora não possui processos contingentes em andamento.

3.7. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos serão calculados e registrados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial. As despesas são reconhecidas quando incorridas conforme o período de competência. No caso do fornecimento de produtos, a Seguradora reconhece esse gasto como despesa quando tiver a posse ao que foi adquirido. No caso do fornecimento de serviços, a Seguradora reconhece o gasto como despesa quando recebe os serviços.

3.8. Receitas de juros

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do período segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por "impairment", a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.

3.9. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos saldos registrados nas Demonstrações Financeiras e, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão relacionadas à marcação a mercado dos ativos financeiros.

3.10. Circulante e não circulante

As contas do circulante são compostas por ativo e passivo que reúne valores esperados a serem realizados ou liquidados (pagos) em até doze meses após a data-base das Demonstrações Financeiras, ou seja, no grupo circulante são registrados direitos no curso do exercício social subsequente e as obrigações, quando se vencerem no exercício seguinte de acordo com sua natureza.

3.11. Passivos oriundos de contratos de seguros

A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro na adoção inicial dos CPC. Segundo o CPC 11, a Seguradora utilizou a isenção de aplicar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BR GAAP (políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil que estão relacionadas abaixo) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização desta isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas contábeis previstas e permitidas segundo o CPC 11 para uma entidade que adota essas normas pela primeira vez. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados, de acordo com a Circular SUSEP nº 648 de 2021 e alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir:

- i. A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de seguros brutos correspondente ao período ainda não decorrido de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata die" para todos os riscos emitidos na data base de cálculo. A PPNG inclui valor correspondente aos riscos vigentes mais ainda não emitidos (PPNG_RVNE), sendo esta parcela estimada a partir do estudo de prêmios emitidos em atraso, via teste de consistência.
- ii. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa, caso a caso, de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Os valores provisionados são calculados a partir dos valores reclamados pelos segurados, de acordo com o estabelecido na Nota Técnica de PSL e inclui assim ações judiciais relacionadas a sinistros, as quais são constituídas a partir de análises de consultores jurídicos para avaliação dos riscos em relação à importância segurada. A mensuração da estimativa da PSL poderá considerar o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados-IBNR, que é apurado considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros ocorridos e ainda não pagos, estimado por meio de triângulos de run-off.
- iii. A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros eventualmente ocorridos, entretanto, ainda não avisados à Seguradora até a data base das Demonstrações Financeiras. Para o cálculo, foi utilizado o modelo atuarial baseado no teste de consistência.

3.12. Teste de Adequação de Passivos (Liability Adequacy Test - TAP)

Para a realização do Teste de Adequação do Passivo foram adotados os seguintes procedimentos:

- i. das provisões constituídas, foram deduzidas as despesas de comercialização diferidas relacionadas e os ativos intangíveis relacionados (quando aplicável);
- ii. totalização das estimativas correntes; e
- iii. Apuração da diferença entre o valor calculado conforme o inciso II e o valor calculado conforme o inciso I para determinar a necessidade ou não de ajuste nas provisões.

Nas tabelas abaixo é demonstrado o saldo das provisões constituídas, a totalização das estimativas correntes e a diferença apurada:

Prêmios e contribuições registrados de PPNG

Tipo de produto (A)	PPNG constituída		PCC-PPNG
	líquida do cada diretamente relacionado à PPNG (B)	Valor presente do fluxo de caixa relacionado à PPNG (C)	
Seguro Danos	0,00	0,00	0,00
Seguro Pessoas	1.727.377,71	1.416.990,68	(310.387,02)
Previdência	0,00	0,00	0,00
Total	1.727.377,71	1.416.990,68	0,00

Prêmios e contribuições não registrados de PPNG

Tipo de produto (a)	(a) Valor presente do fluxo de caixa relacionado à PPNG de prêmios não registrados (saídas - entradas)	
Seguro Danos		(355.058,58)
Seguro Pessoas		(635.592,24)
Previdência		0,00
Valor presente do fluxo de caixa		(990.650,82)

Mais valia

Valor de mercado dos títulos "mantidos até o vencimento" que cobrem as provisões técnicas	Valor contábil dos títulos "mantidos até o vencimento" que cobrem as provisões técnicas	Mais valia a ser descontada da PCC que será efetivamente constituída	Rateio da mais valia entre as parcelas da PCC, onde (c) = (c1) + (c2) + (c3)
0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado do TAP

PCC-PPNG efetivamente constituída	PCC-PPNG (registrado) (+) PCC-PPNG (não registrado) (-) Mais valia PCC-PPNG	0,00 0,00 0,00
-----------------------------------	---	----------------------

Outras provisões

Provisão	Provisão constituída	Valor presente do fluxo de caixa	Saldo
IBNR	25.966,39	25.565,59	-400,80
PSL + PDR	345.052,98	339.726,94	-5.326,04
PCC	371.019,37	365.292,53	0,00

4. Gerenciamento de riscos

A Seguradora, de forma geral está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de subscrição de seguro
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de capital
- Risco financeiro

Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de risco da Seguradora engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para a sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos ligados à ética, transparência e prestação de contas.

A estrutura de gerenciamento de risco é adaptada ao porte de negócios da Seguradora sendo conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pela área de Risco e pelos responsáveis de cada uma das áreas da Seguradora, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado.

4.1. Gerenciamento de risco de créditos:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro. A gestão de riscos dos ativos financeiros deve assegurar que o limites dos riscos apropriados aos investimentos não se excedam e que garantam retornos sustentáveis.

O valor justo dos instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em cotação de preços em mercado ativo na data de balanço. O valor cotado dos ativos financeiros mantidos pela Seguradora é o de mercado, onde estes são incluídos em nível 1.

4.2. Gerenciamento de risco de liquidez:

A gestão de risco de liquidez se dá pela capacidade de a Seguradora gerar, através do gerenciamento de seus investimentos, o volume suficiente para saldar seus compromissos. A tabela abaixo analisa os passivos e ativos financeiros da Seguradora por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, bem como a suficiência destes:

	31.12.22	31.12.21
	Menos de um ano	Menos de um ano
Obrigações a Pagar	(277)	(14)
Passivo Financeiro	(277)	(14)
Caixa e equivalente de Caixa	593	14
Ativo Financeiro	593	14
Suficiência	316	-

4.3. Gerenciamento de mercado

O risco de mercado é a alteração no preço de mercado sobre os ganhos da Seguradora, sobre o valor de seus instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros, o CPC 40, requer a divulgação relacionada à mensuração do valor justo com base no seguinte nível: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (nível 1). Em 31/12/2022 não havia saldos em contas de instrumentos financeiros no Balanço da Seguradora.

4.4. Gerenciamento de risco operacional

Risco operacional é resultante de perdas de processos internos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a seguradora não registrou perdas.

4.5. Gestão de risco de capital

As Seguradoras devem executar suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP. O Patrimônio Líquido Ajustado - PLA da Seguradora está sendo apresentado na nota 19.4.

5. Caixa e equivalentes

	31.12.22	31.12.21
Equivalentes de Caixa	593	14
Total de caixa e equivalentes de caixa	593	14

6. Aplicações

Os títulos e valores mobiliários encontram-se registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – Cetip, até a sua liquidação financeira e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic, assim demonstrados:

Aplicação	31.12.22	%	31.12.21	%
Fundo Butiá - Multimercado	-	0%	13.603	100%
Fundo XP Reserva Técnica	26.379	100%	-	0%
Títulos Privado	26.379	46%	13.603	64%
LFT - Vinculada	2.143	7%	-	0%
LFT - Livre	28.327	93%	7.715	100%
Títulos Públicos	30.470	54%	7.715	36%
Total aplicações	56.848	100%	21.318	100%

A Entidade adota o PU do Mercado Secundário Anbima como parâmetro para o valor de mercado dos títulos públicos federais. A movimentação das aplicações financeiras está demonstrada no quadro abaixo:

Disponíveis para negociação	31.12.21	Aplicações	Resgates	Rendimentos / Resultado na venda	Ajustes TVM	31.12.22
LFT - Livre	7.715	49.508	(31.610)	2.679	36	28.327
Fundo Butiá - Multimercado	13.603	-	(15.050)	1.447	-	-
Fundo XP Reserva Técnica	-	25.607	-	771	-	26.379
LFT - Vinculada	-	2.028	-	111	3	2.143
Total	21.318	77.144	(46.660)	5.009	39	56.848

Disponíveis para negociação	31.12.20	Aplicações	Resgates	Rendimentos / Resultado na venda	Ajustes TVM	31.12.21
LFT	8.187	7.905	(8.729)	352	-	7.715
Fundo Butiá - Multimercado	14.727	-	-	(1.124)	-	13.603
Total	22.914	7.905	(8.729)	(772)	-	21.318

7. Créditos das operações com seguros

7.1. Prêmios a receber

Ramos	31.12.22			
	Prêmios a Receber (RVE)	Prêmios a Receber (RVNE)	Prêmios a Receber líquido	Período médio de vencimento
1377 - Prestamista Individual	1	338	339	25 dias
1061 - Habitacional	-	463	463	30 dias
0993 - Vida em Grupo	-	30	30	A Vista
Total Geral	1	831	832	

7.2. Movimentação dos Saldos

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
(+) Prêmios emitidos	3.993
(+) Prêmios RVNE	831
(-) Prêmios cancelados	(6)
(+) IOF	3
(-) Recebimento	(3.989)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>832</u>

7.3. Aging dos Prêmios Pendentes

	<u>31.12.22</u>
A vencer em até um ano	-
Até 30 Dias	464
De 31 a 60 dias	368
De 61 a 90 dias	-
RVNE	-
Total de prêmios a receber	<u>832</u>

8. Títulos e Créditos a Receber

8.1. Créditos tributários e previdenciários

	<u>31.12.22</u>	<u>31.12.21</u>
Ajustes temporais - IRPJ	291	-
Ajustes temporais - CSLL	186	-
IPRJ - prejuízos fiscais	180	175
Antecipação de contribuição social	12	-
CSLL - prejuízos fiscais	115	292
Cofins a compensar	53	-
PIS a compensar	9	-
Total de créditos tributários e previdenciários	<u>845</u>	<u>467</u>

8.2. Outros Créditos

	<u>31.12.22</u>	<u>31.12.21</u>
Valores a Receber Acionistas	57	-
Adiantamento à Fornecedores	1	-
Outros créditos	-	12
Total de outros créditos	<u>58</u>	<u>12</u>

9. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas no valor de R\$28, são referentes a seguros corporativos.

10. Custos de Aquisição Diferidos

Ramo	31.12.22
1377 - Prestamista Individual	690
0993 - Vida em Grupo	1.147
Total	<u>1.837</u>
Total Circulante	<u>1.837</u>

10.1. Movimentação dos Saldos

Saldo em 31.12.21	-
Constituição	2.287
Apropriação	(450)
Saldo em 31.12.22	<u>1.837</u>

11. Ativos de Resseguros

Ramo	31.12.22		
	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - RVE	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - RVNE	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - RVNE
0977 - Prestamista Coletivo	42	20	9
Total Geral	<u>42</u>	<u>20</u>	<u>9</u>
Total Circulante	71		

12. Investimentos

A BS2 participa da Seguradora Líder do Consórcio DPVAT, conforme abaixo demonstrado:

	31.12.22	31.12.21
Seguradora Líder	170	228

13. Intangível

	31.12.22			
Movimentação	31.12.21	Aquisições	Amortização	31.12.22
Intangível	-	900	(45)	855
Total	<u>-</u>	<u>900</u>	<u>(45)</u>	<u>855</u>

14. Contas a Pagar

14.1. Obrigações a Pagar

Até um ano	31.12.22	31.12.21
Fornecedores	124	1
Dividendos a pagar	126	-
Partes Relacionadas	27	-
Total de obrigações a pagar curto prazo	<u>277</u>	<u>1</u>

14.2. Impostos e encargos sociais a Recolher

Até um ano	31.12.22	31.12.21
IR retido de funcionários	51	-
IR retido de terceiros	9	1
ISS - Imposto sobre serviços	1	-
Outros impostos e encargos sociais	16	2
Total de impostos e encargos curto prazo	<u>77</u>	<u>3</u>

14.3. Encargos trabalhistas

Até um ano	31.12.22	31.12.21
FGTS a recolher	1	-
INSS a recolher	47	-
Total de encargos trabalhistas curto prazo	<u>47</u>	<u>-</u>

14.4. Impostos e Contribuições

Até um ano	31.12.22	31.12.21
PIS a recolher	7	1
COFINS a recolher	44	9
IRPJ a recolher	15	-
CSLL a recolher	11	-
Total de encargos trabalhistas curto prazo	<u>77</u>	<u>10</u>

15. Débitos com operações de Seguros

Ramos	31.12.22				
	Ressegurador Local (RVE) a Repassar	Ressegurador Local (RVNE) a Repassar	Comissões a Pagar	Comissões s/ Prêmios Emitidos	Estipulantes de Seguros
1377 - Prestamista Individual	-	-	-	-	46
1061 - Habitacional	-	-	-	47	-
0993 - Vida em Grupo	52	30	575	-	-
Total Geral	<u>52</u>	<u>30</u>	<u>575</u>	<u>47</u>	<u>46</u>

Total débitos operações 750

16. Prêmios e Emolumentos Recebidos

	Até um ano	31.12.22
Até 30 dias		456
Total de Prêmios e Emolumentos		<u>456</u>

17. Provisões Técnicas

Ramo	31.12.22				
	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - RVE	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - RVNE	Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados - IBNR	Outras Provisões
1377 - Prestamista Individual	1.486	325	145	11	-
1061 - Habitacional	-	-	200	3	-
0993 - Vida em Grupo	1.725	28	-	12	-
Sem ramo	-	-	-	-	3
Total Geral	3.211	354	345	26	3
 Total das provisões técnicas - Circulante	 3.939				

18. Outros Débitos

Até um ano	31.12.22
Provisões Trabalhistas	117
Outras Provisões	1.223
Total de outros débitos	1.350

19. Patrimônio líquido:

19.1. Capital social

Em 16/12/2022, foi aprovado pela SUSEP aumento de capital no valor de R\$33.000.000,00, alteração da razão social de Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. para **BS2 Seguros S.A.**, alteração do objeto social para atuação nos seguros de danos e pessoas e alteração no controle societário, passando a IPG Holding Financeira S.A a obter 100% das ações da companhia.

A composição acionária da Seguradora é constituída da seguinte forma:

Acionista	Participação	Ações
IPG Holding Financeira S.A	100%	32.515.848

19.2. Dividendos:

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido ajustado, após a constituição da reserva legal, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia.

19.3. Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

19.4. Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021, as sociedades seguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Seguradora apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado. A sociedade segue os prazos estabelecidos na legislação específica para cálculo deste último:

- i. Para fins de qualidade de cobertura do capital mínimo requerido, em 31 de dezembro de 2022 seguindo a Resolução CNSP 432/2021 e alterações posteriores, foram realizados os ajustes de qualidade do CMR com 3 níveis de PLA conforme critérios abaixo:
 - a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
 - b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
 - c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

Os valores apurados são:

	31.12.22	31.12.21
Patrimônio Líquido Ajustado	54.131	21.272
Ajustes contábeis	-	-
PLA Nível 1	54.131	21.272
PLA Nível 2	-	-
PLA Nível 3	-	-
Capital base (I)	8.100	3.960
Capital Risco de subscrição	569	-
Capital - Risco de crédito	11	1.088
Capital – Operacional	6	-
Capital– Mercado	45	2.905
Benefício da Diversificação	(37)	(646)
Capital de Risco - CR (II)	594	3.347
Capital mínimo requerido – CMR (maior valor entre I e II)	8.100	3.960
Suficiência de PLA	46.031	17.312
% Suficiência de PLA	568,2%	537,2%
Cobertura CMR (NÍVEL 1) (mínimo 50% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 1)	555,9%	537,2%
Cobertura do CMR (NÍVEIS 2 e 3) (máximo 50% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 2 e 3)	12,3%	0%
Cobertura do CMR (NÍVEL 3) (máximo 15% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 3)	0%	0%
		<u>31.12.22</u>
Provisões Técnicas		3.939
Direitos Creditórios		-
Custos de Aquisição Diferidos Redutores		-
Ativos de Resseguro Redutores e Ativos de Retrocessão Redutores		-
Depósitos Judiciais Redutores		-
Necessidade de Cobertura de Provisões Técnicas		<u>3.939</u>
Ativos Garantidores Líquidos		28.519
Ativos em Excesso à Necessidade de Cobertura de Provisões Técnicas		24.580
Taxa de Cobertura		724,01%

20. Detalhamento das contas da demonstração do resultado:

	31.12.22	31.12.21
Detalhe das contas de resultado		
a) Prêmios emitidos	4.817	-
Prêmios emitidos - RVE	4.456	-
Prêmios Cancelados	(6)	-
Prêmios vigentes não emitidos - RVNE	368	-
b) Variação das provisões técnicas de prêmios diretos	(3.564)	-
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG - RVE)	(3.211)	-
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG - RVNE)	(354)	-
c) Sinistros ocorridos diretos	(406)	-
Sinistros ocorridos	(380)	-
Sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	(26)	-
d) Custos de aquisição	(450)	-
Comissões corretores direto	(2.287)	-
Variação do Custo de Aquisição diferido	1.837	-
e) Outras despesas operacionais	(11)	3
Outras despesas com operações de seguros	(11)	3
f) Resultado com Resseguro	(11)	-
Sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	9	-
Prêmios emitidos Resseguro- RVE	(82)	-
Provisão de prêmios não ganhos Resseguro (PPNG- RVE)	63	-
g) Despesas administrativas	(4.792)	(150)
Pessoal próprio	(2.408)	-
Serviços de terceiros	(1.422)	(114)
Localização e funcionamento	(520)	(6)
Publicações Legais	(95)	-
Despesas com Publicações	(16)	(30)
Despesas com Donativos	(9)	-
Outras despesas administrativas	(322)	-
h) Despesas com tributos	(463)	(203)
Cofins	(262)	(45)
PIS	(43)	(7)
Taxa de localização	-	-
Taxa de fiscalização	(153)	(151)
Outros tributos	(5)	-
i) Resultado financeiro	5.248	(811)
Receitas financeiras	5.373	-
Receitas com títulos de renda fixa privados	(125)	(811)
j) Impostos sobre o Resultado	(102)	467
Imposto de Renda	(60)	292
Contribuição Social	(42)	175
k) Participação nos Lucros	-	-
Participação nos Lucros	-	-
Resultado Operacional	266	(694)

21. Impostos de Renda e Contribuição Social

	<u>31.12.22</u>
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e após participações	367
Base de cálculo antes das compensações / adições / exclusões	1.048
Alíquota nominal	41%
Imposto nominal	<u>(430)</u>
Ajustes temporais	<u>477</u>
Prejuízo fiscal	<u>(172)</u>
Total nominal	<u>125</u>
Despesa/Receita efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social	102
% Taxa efetiva do Imposto de Renda e Contribuição Social	10%

Em 2022, conforme MP 1.115/2022, houve uma majoração na alíquota da CSLL, elevando o percentual de 15% para 16% até 31/12/2022. A partir de janeiro de 2023 a alíquota retoma o percentual de 15%.

Para efeitos de demonstração do imposto nominal, foram utilizados os percentuais após majoração da alíquota em todo o exercício.

22. Remuneração dos Diretores e Operações com Partes Relacionadas

	<u>31.12.22</u>	<u>31.12.21</u>
Remuneração a Dirigentes	810	-
Partes Relacionadas		
Compartilhamento de Serviços a pagar	27	-
Compartilhamento de Serviços pagos	127	-

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ADRIANO CARLOS VIEIRA ROMANO
NICHOLAS LANCE TARLIE
MARCOS ANTÔNIO VAZ DE MAGALHÃES
RODRIGO BRAGA PENTAGNA GUIMARÃES
RONALDO SANTOS DE OLIVEIRA

DIRETORIA EXECUTIVA

ADRIANO CARLOS VIEIRA ROMANO – Diretor Presidente
ALESSANDRO LUÍS JARZYNSKI – Diretor de Operações
DAVI PONCIANO ARAÚJO DE LIMA – Diretor Financeiro e de Controladoria

CONTADOR RESPONSÁVEL

FÁBIO ROBERTO PEREIRA – CRC-1SP239076-O/0

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

MARCOS FALCÃO - MIBA N° 893



PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

ANO-BASE: 2022

AOS ACIONISTAS E ADMINISTRADORES DA BS2 SEGUROS S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da BS2 SEGUROS S.A., em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da BS2 SEGUROS S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória,



incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da BS2 SEGUROS S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da BS2 SEGUROS S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

Ricardo César Pessoa

Sócio Atuário

MIBA 1076 (Certificado)

FOCO ATUARIAL SERVIÇOS DE CONSULTORIA E AUDITORIA LTDA.

CNPJ 30.177.440/0001-80

CIBA 158